

# **Combate à Pobreza, Crescimento Inclusivo e Nova Agenda Social**

**Centro de Políticas Sociais – FGV**

**Wanda Engel**

**Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2015**

# Marcos da Política de Combate à Pobreza

## Antecedentes:

- Assistência como direito (Constituição de 88);
- Promulgação da LOAS (1993): descentralização, comando único, gestão partilhada, controle social;
- Programas de transferência monetária não condicionada (BPC e Renda Mensal Vitalícia);
- Extinção da LBA (1995);
- Constituição do FNAS;
- Organização do sistema descentralizado e participativo;
- Primeiros programas de Transferência Condicionada (Bolsa Família Campinas e BSB – 1995) e PETI (Federal - 1996).

# Marcos da Política de Combate à Pobreza

1999 – Novas diretrizes



# Marcos da Política de Combate à Pobreza

2000 – Novas fontes de Financiamento e novos programas

- Fundo de Combate à Pobreza;
- Projeto Alvorada;

# PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS

## 1 - Focalização

### a) Geográfica

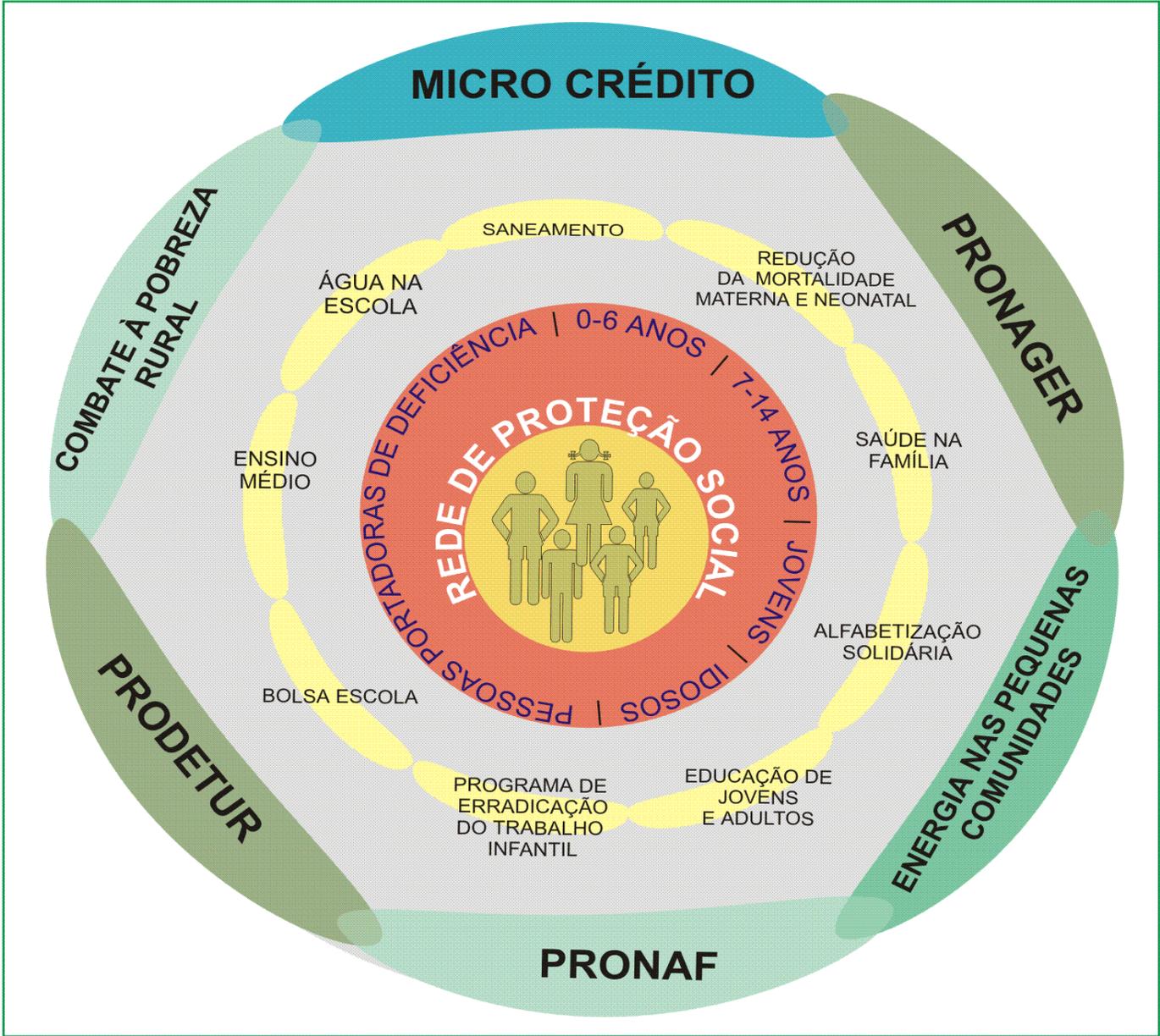
- 14 estados + 9 estados
- Microrregiões / municípios

### b) Programática - 15 programas (9 ministérios)

### c) Populacional: Famílias em extrema pobreza

### d) Focalização de gênero

# 2 – Articulação programática no território



### **3 - Investimento Consistente de Recursos (12 B)**

- a) Recursos carimbados
- b) Sistema de monitoramento físico-financeiro comum aos 15 programas

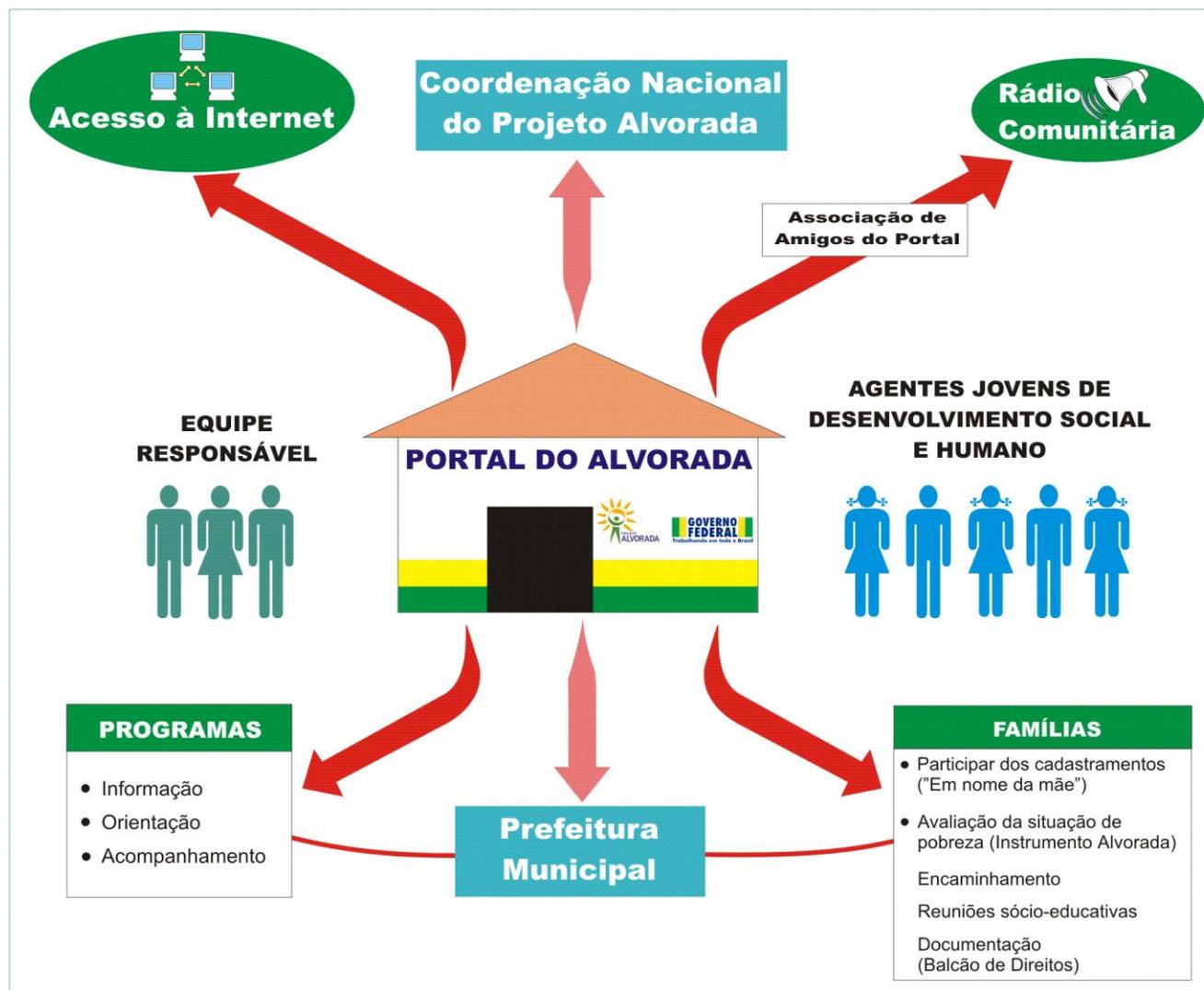
### **4 - Incremento do Capital Social – Implantação do CENAFOCO para capacitação de:**

- a) Gestores
- b) Equipe Portal e Agentes Jovens

## 5. Estratégia Operacional



# PORTAL DO ALVORADA



# Metas



- Toda a criança com registro;
- Toda a criança na escola;
- Toda a escola com água e luz;
- Todas as formas penosas de trabalho infantil erradicadas;
- Todos os egressos do ensino fundamental absorvidos no ensino médio;
  
- Todos municípios com equipes de Saúde na Família;
- Todos os estados com cobertura de saneamento básico igual à média regional brasileira;
- Multiplicar por 10 o volume de recursos dos programas de renda mínima associados à educação.
  
- Prêmio Alvorada

# Portais do Alvorada e CENAFOCO

- Até **2001**, **1.267** desses portais estavam em funcionamento em 21 estados brasileiros, representando investimentos de R\$ 21 milhões e geração de cerca de **8.900 postos diretos de trabalho**. **Desses, 6.335 eram para Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano;**
- Em **2002**, **outros 928** foram instalados, com **trabalho direto** para **6.496** pessoas;
- Total de **2.195** portais e de **15.396** empregos diretos (ONGs parceiras).
- As equipes dos portais implantados, os técnicos das prefeituras, os prefeitos, secretários, conselheiros e outras lideranças comunitárias, participaram dos cursos do Centro Nacional de Formação Comunitária (**CENAFOCO**). Ao todo, foram **capacitadas 13.927** pessoas em **2001**, e **20.258** em **2002 (34 mil)**.

# Marcos da Política de Combate à Pobreza

2001/2002 – Rede de Proteção Social

1. Expansão dos Projetos de Transferência Condicionada de Renda, formando a Rede de Proteção Social
2. Implantação do Cadastro Único
3. Nova Tecnologia: Cartão Cidadão

# 1. Rede de Proteção Social

- Bolsa Alimentação (1.6M)
- Bolsa Escola (5.1M)
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (810 mil)
- Agente Jovem (105 mil)

- Benefício de Prestação Continuada (LOAS) (1.7M)
- Renda Mensal Vitalícia
- Aposentadoria Rural

- Auxílio-Gás (9.7M)

 **Programas de  
Transferência  
Condicionada**

 **Benefícios  
Assistenciais**

 **Subsídios Especiais**

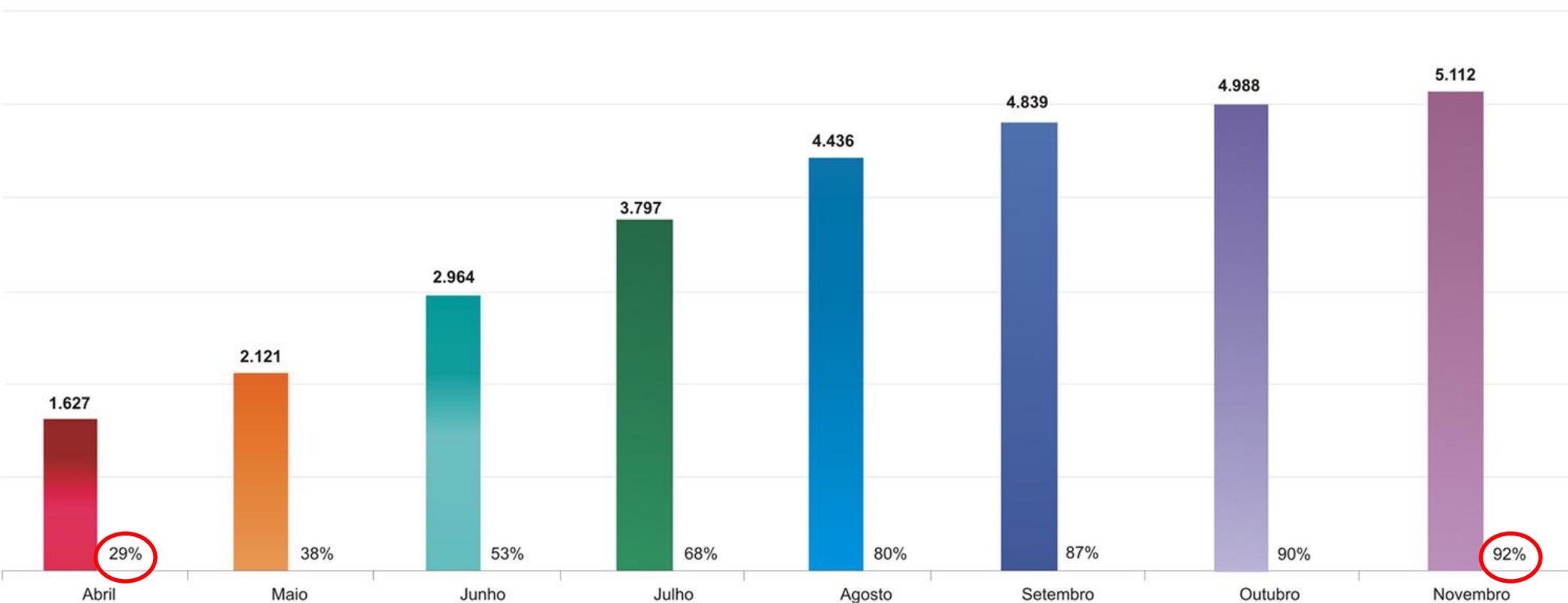
## 2. Cadastro Único

### ***I - CRIAÇÃO***

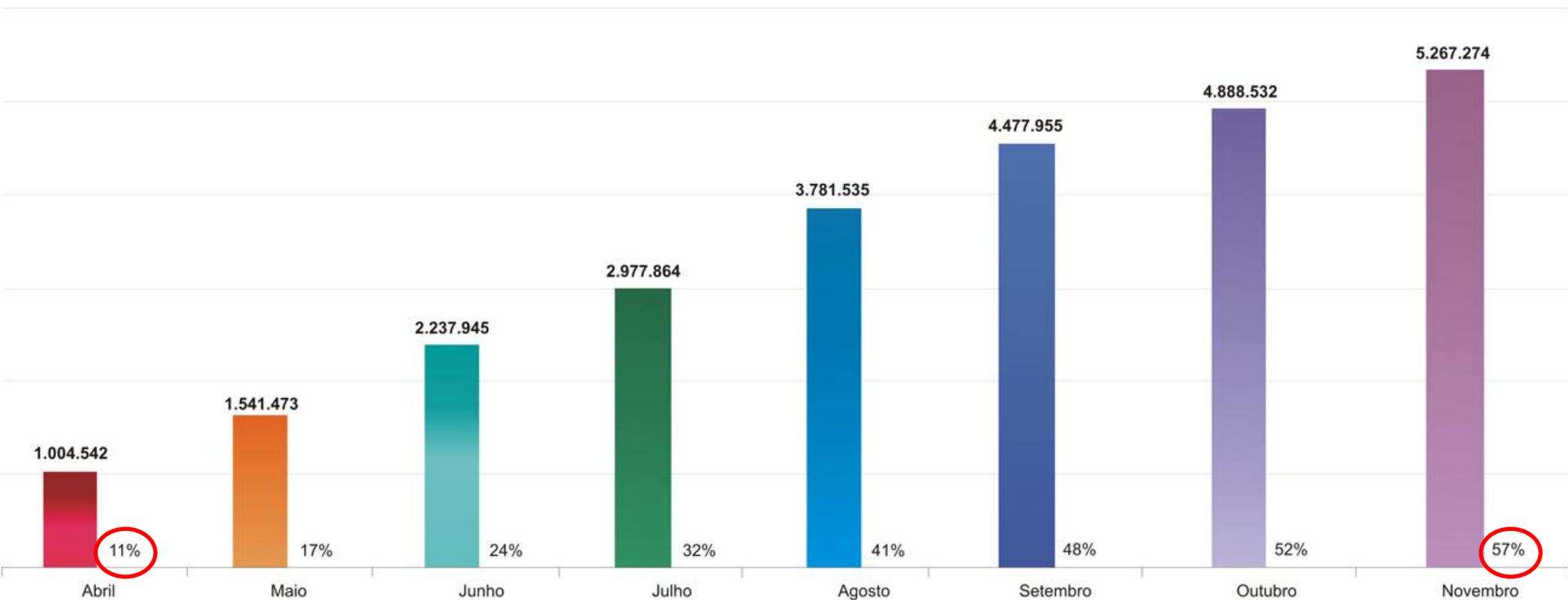
#### **Decreto nº 3877, de 24 de julho de 2001**

- » Institui o Cadastro Único;
- » Define programas sociais focalizados de transferência de renda, com caráter permanente;
- » Isenta programas administrados pelo INSS (Benefício de Prestação Continuada) e programas emergenciais;
- » Torna obrigatório a partir de 15 de Setembro;
- » Define obrigações para os órgãos públicos gestores dos programas.

## CADASTRAMENTO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL MUNICÍPIOS COM CADASTROS NA BASE - ABRIL A NOVEMBRO DE 2002



## CADASTRAMENTO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL FAMÍLIAS POBRES CADASTRADAS - ABRIL A NOVEMBRO DE 2002



# Cadastro Único

## Unidades da Federação e Cadastramentos - 2002

Posição em 28/12/2002.

UF	Total de Municípios da UF	Total de Municípios c/ cadastros na base	%	População	Estimativa de Famílias Pobres na UF	Famílias Pobres cadastradas na UF	%	Estimativa de Pessoas Pobres na UF	Pessoas Pobres cadastradas na UF	%
AC	22	19	86%	557.526	28.539	25.997	91%	119.866	115.218	96%
AL	102	102	100%	2.822.621	309.839	180.366	58%	1.301.324	771.732	59%
AM	62	52	84%	2.812.557	121.640	33.708	28%	510.888	168.916	33%
AP	16	15	94%	477.032	23.763	7.893	33%	99.805	37.402	37%
BA	417	371	89%	13.070.250	1.285.501	674.643	52%	5.399.104	2.822.562	52%
CE	184	184	100%	7.430.661	767.284	626.131	82%	3.222.593	2.600.586	81%
DF	1	1	100%	2.051.146	72.958	4.241	2%	306.424	6.516	0%
ES	78	72	92%	3.097.232	159.503	55.556	35%	669.913	239.389	36%
GO	246	220	89%	5.003.228	284.323	98.543	35%	1.194.157	392.478	33%
MA	217	206	95%	5.651.475	654.911	366.019	56%	2.750.626	1.639.630	60%
MG	853	776	91%	17.891.494	989.776	611.356	62%	4.157.059	2.664.067	64%
MS	77	74	96%	2.078.001	106.398	52.876	50%	446.872	222.663	50%
MT	139	114	82%	2.504.353	115.693	59.663	52%	485.911	255.821	53%
PA	143	135	94%	6.192.307	231.932	174.378	75%	974.114	859.735	88%
PB	223	221	99%	3.443.825	335.653	262.708	78%	1.409.743	1.091.424	77%
PE	185	183	99%	7.918.344	716.508	459.504	64%	3.009.334	1.845.768	61%
PI	222	216	97%	2.843.278	339.770	205.426	60%	1.427.034	842.232	59%
PR	399	385	96%	9.563.458	468.956	238.209	51%	1.969.615	1.008.080	51%
RJ	92	78	85%	14.391.282	413.467	50.341	14%	1.736.561	250.303	14%
RN	167	167	100%	2.776.782	247.783	236.745	96%	1.040.689	939.369	90%
RO	52	43	83%	1.379.787	32.470	22.501	69%	136.374	100.195	73%
RR	15	13	87%	324.397	8.345	3.651	44%	35.049	17.213	49%
RS	497	446	90%	10.187.798	404.352	216.212	53%	1.698.278	881.744	52%
SC	293	285	97%	5.356.360	162.282	111.399	69%	681.584	493.541	72%
SE	75	74	99%	1.784.475	158.804	79.774	50%	666.977	371.761	56%
SP	645	542	84%	37.032.403	772.508	351.644	46%	3.244.534	1.420.259	44%
TO	139	118	85%	1.157.098	101.577	49.783	49%	426.623	216.373	51%
<b>Total</b>	<b>5.561</b>	<b>5.112</b>	<b>92%</b>	<b>169.799.170</b>	<b>9.314.535</b>	<b>5.267.274</b>	<b>57%</b>	<b>39.121.049</b>	<b>22.274.977</b>	<b>57%</b>

Fonte: Departamento de Informação e Avaliação da Secretaria de Planejamento e Avaliação da SEAS / MPAS.

## 3. Nova tecnologia

### Cartão do Cidadão

- Acesso direto, na rede bancária, aos benefícios pagos pelos programas sociais em que a família estivesse cadastrada;
- Expansão do sistema bancário: agências ou agentes bancários;
- Até final de 2002: 3.7 M.

# Quatro Gerações de Programas de Transferência de Renda

	Foco	Demandas específicas
<b>Transferências monetárias não condicionadas</b>	<b>Indivíduo</b>	<b>Sistema de informação sobre o beneficiário</b>

# Quatro Gerações de Programas de Transferência de Renda

	<b>Foco</b>	<b>Demandas específicas</b>
<b>Transferências monetárias não condicionadas</b>	<b>Indivíduo</b>	<b>Sistema de informação sobre o beneficiário</b>
<b>Transferências condicionadas</b>	<b>Família (mulher)</b>	<b>Cadastro Único das famílias pobres Controle das condicionalidades (intersectorial)</b>

# Quatro Gerações de Programas de Transferência de Renda

	<b>Foco</b>	<b>Demandas específicas</b>
<b>Transferências monetárias não condicionadas</b>	<b>Indivíduo</b>	<b>Sistema de informação sobre o beneficiário</b>
<b>Transferências condicionadas</b>	<b>Família (mulher)</b>	<b>Cadastro Único das famílias pobres Controle das condicionalidades (intersectorial)</b>
<b>Programas de desenvolvimento familiar com transferências condicionadas</b>	<b>Família (membros em diferentes etapas do Ciclo de Vida e com necessidades especiais)</b>	<b>Cadastro Único das famílias Sistema Integrado de Informações sobre Programas e Serviços (públicos e privados) voltados às diferentes etapas do Ciclo de Vida e às necessidades especiais - oferta NAF/Promotor social de famílias (Plano de Desenvolvimento Familiar) - demanda Instrumentos de avaliação do desenvolvimento familiar (IDF) Definição de Critérios de Graduação (tempo e metas) e de programa subsequente.</b>

# Quatro Gerações de Programas de Transferência de Renda

	<b>Foco</b>	<b>Demandas específicas</b>
<b>Transferências monetárias não condicionadas</b>	<b>Indivíduo</b>	<b>Sistema de informação sobre o beneficiário</b>
<b>Transferências condicionadas</b>	<b>Família (mulher)</b>	<b>Cadastro Único das famílias pobres Controle das condicionalidades (intersectorial)</b>
<b>Programas de desenvolvimento familiar com transferências condicionadas</b>	<b>Família (membros em diferentes etapas do Ciclo de Vida e com necessidades especiais)</b>	<b>Cadastro Único das famílias Sistema Integrado de Informações sobre Programas e Serviços (públicos e privados) voltados às diferentes etapas do Ciclo de Vida e às necessidades especiais) - oferta NAF/Promotor social de famílias (Plano de Desenvolvimento Familiar) - demanda Instrumentos de avaliação do desenvolvimento familiar (IDF) Definição de Critérios de Graduação (tempo e metas) e de programa subsequente.</b>
<b>Programas de desenvolvimento familiar e local com transferências condicionadas</b>	<b>Família e Território</b>	<b>Cadastro Único, Sistema Integrado de Informações sobre Programas e Serviços, NAF/Promotor social de famílias (Plano de Desenvolvimento Familiar): Oferta/demanda Plano de Desenvolvimento Local (PDL) Mobilização e articulação de recursos (humanos e financeiros), em função do PDL Estabelecimento de parcerias locais (Organização Estruturante) Instrumento de aferição e acompanhamento (Índice de Desenvolvimento Local)</b>

# Desafios em tempos de crise: mais e melhor com menos recurso

## 1. Foco no território e na família:

- Incentivar a definição, em processo participativo, de agendas sociais em cada território (município ou zona), com centralidade nas famílias pobres e extremamente pobres.

## 2. Planejamento estratégico participativo e integrado:

- Definir uma Agenda Social Comum:
  - diagnóstico (demandas e oferta de serviços);
  - definição de metas e resultados finais e intermediários viáveis e desafiadores ;
  - concepção de ações e projetos estratégicos, com impacto direto nos resultados.
- Dar centralidade à educação (garantir que as novas gerações completem a Educação Básica EM) e à saúde (condições de vida saudáveis); à primeira infância e à juventude.

## 3. Estabelecimento e formalização de parcerias público-privadas e intersetoriais locais:

- Identificar uma organização com a função de estruturar e apoiar o funcionamento da parceria (organização estruturante);
- Mobilizar parceiros estratégicos: inclusão de diferentes setores (assistência, educação, saúde, cultura, esporte e lazer, desenvolvimento econômico e justiça), do setor privado, da mídia local (informações e campanhas), de ONGs, de segmentos religiosos e de beneficiários;
- Promover a cultura da parceria e formalizar as parcerias constituídas.

# Desafios em tempos de crise: mais e melhor com menos recurso

## 4. Gestão competente e voltada para resultados

- Promover a formação de gestores competentes, honestos, transparentes e abertos às parcerias;
- Incentivar a integração de programas e a articulação de recursos em função dos resultados esperados;

## 5. Acompanhamento e avaliação participativa de processos e resultados (controle social)

- Definir indicadores (poucos e claros) de processo e de resultado;
- Implantar mecanismos de acompanhamento (TI);
- Estabelecer uma comunicação continuada dos avanços e desafios.

## 6. Reconhecimento dos avanços

- Criar Sistemas de Incentivo aos territórios com melhores resultados.

# Em resumo.....

**FOCO**

**PLANEJAMENTO**

**PARCERIA**

**GESTÃO**

**ACOMPANHAMENTO**

**AVALIAÇÃO**

**RECONHECIMENTO**

**UMA VELHA NOVIDADE!**

# Slides complementares

## Erradicar a extrema pobreza e reduzir a pobreza à metade



**Assegurar a educação inclusiva e de qualidade (conclusão do EB)**

**Assegurar condições de vida saudáveis**

**Criar condições para o crescimento econômico sustentável e inclusivo**

**Capacitar profissionais responsáveis pela política pública de combate à pobreza**

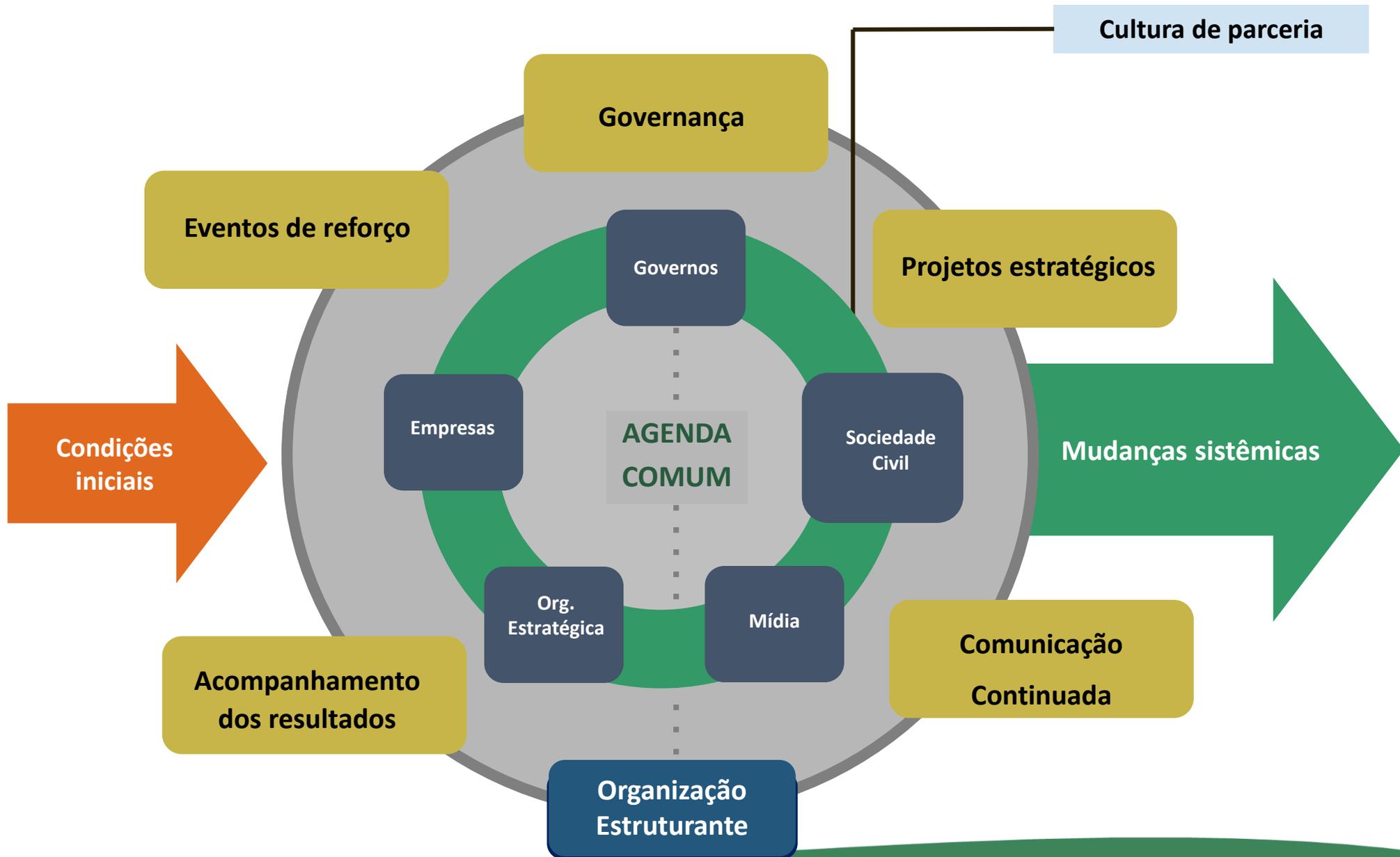
**Aumentar e melhorar o impacto de programas e serviços de proteção e desenvolvimento social**

**Melhorar a gestão dos Sistemas de proteção e promoção**

**Mobilizar a sociedade e promover a coesão social**

**Integrar recursos e articular esforços em função dos resultados**

# Estabelecimento de parcerias público-privadas intersetoriais e descentralizadas



# Gestão em números

## SAC

- Crianças: 1,6M;
- Idosos: 320 mil;
- PCD: 150 mil;
- Centros da Juventude: 210;
- Sentinela: 34 mil.

## Transferências:

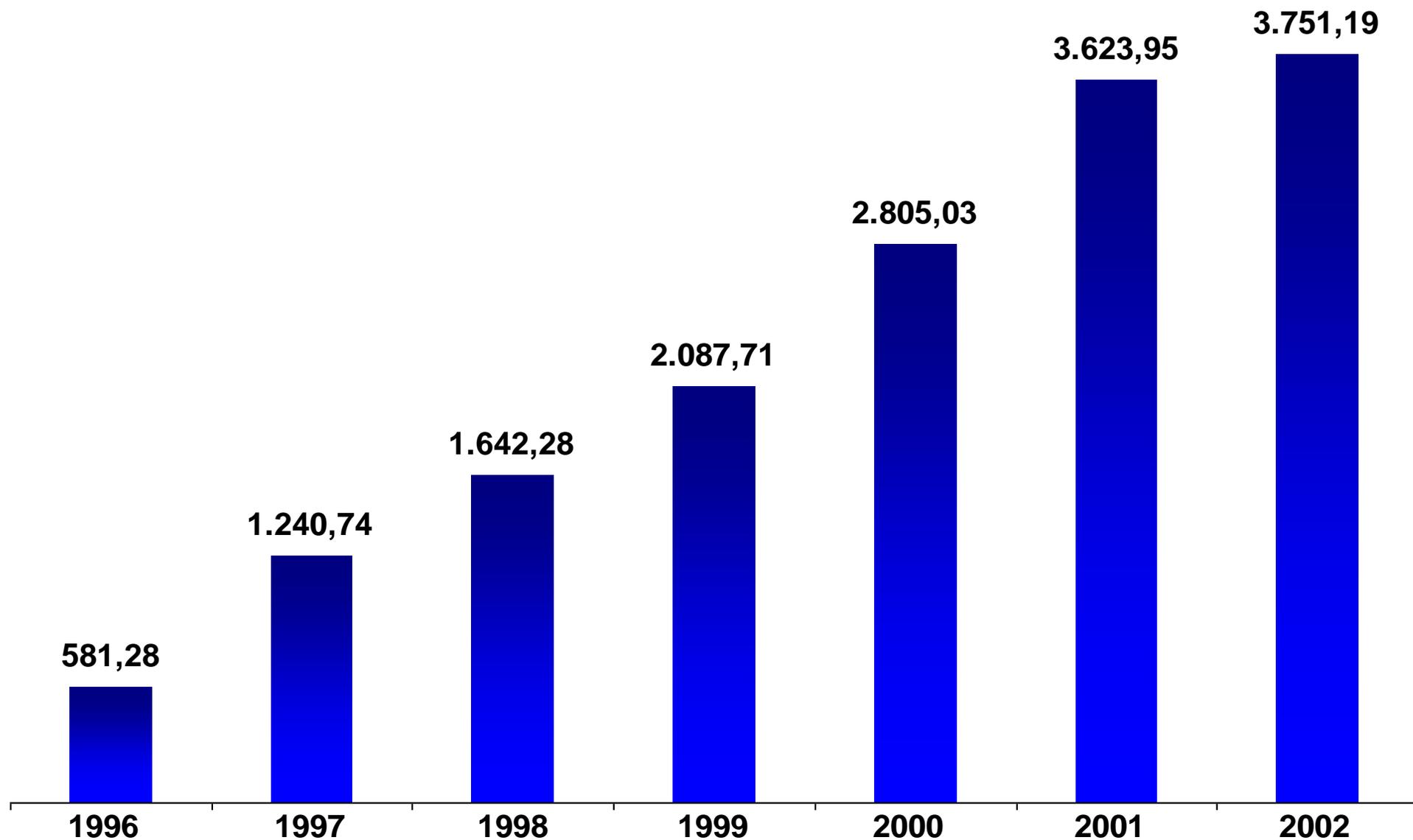
BPC: 1.7M;  
Bolsa Alimentação: 1.6M;  
Bolsa Escola: 5.1 M;  
Peti: 810 mil;  
Agentes Jovens: 105 mil;  
Auxílio Gás: 9.7M.

## Cadastro

Famílias: 5.37M (58%);  
Municípios: 5155 (93%);  
Cartão Cidadão: 3.7 M.

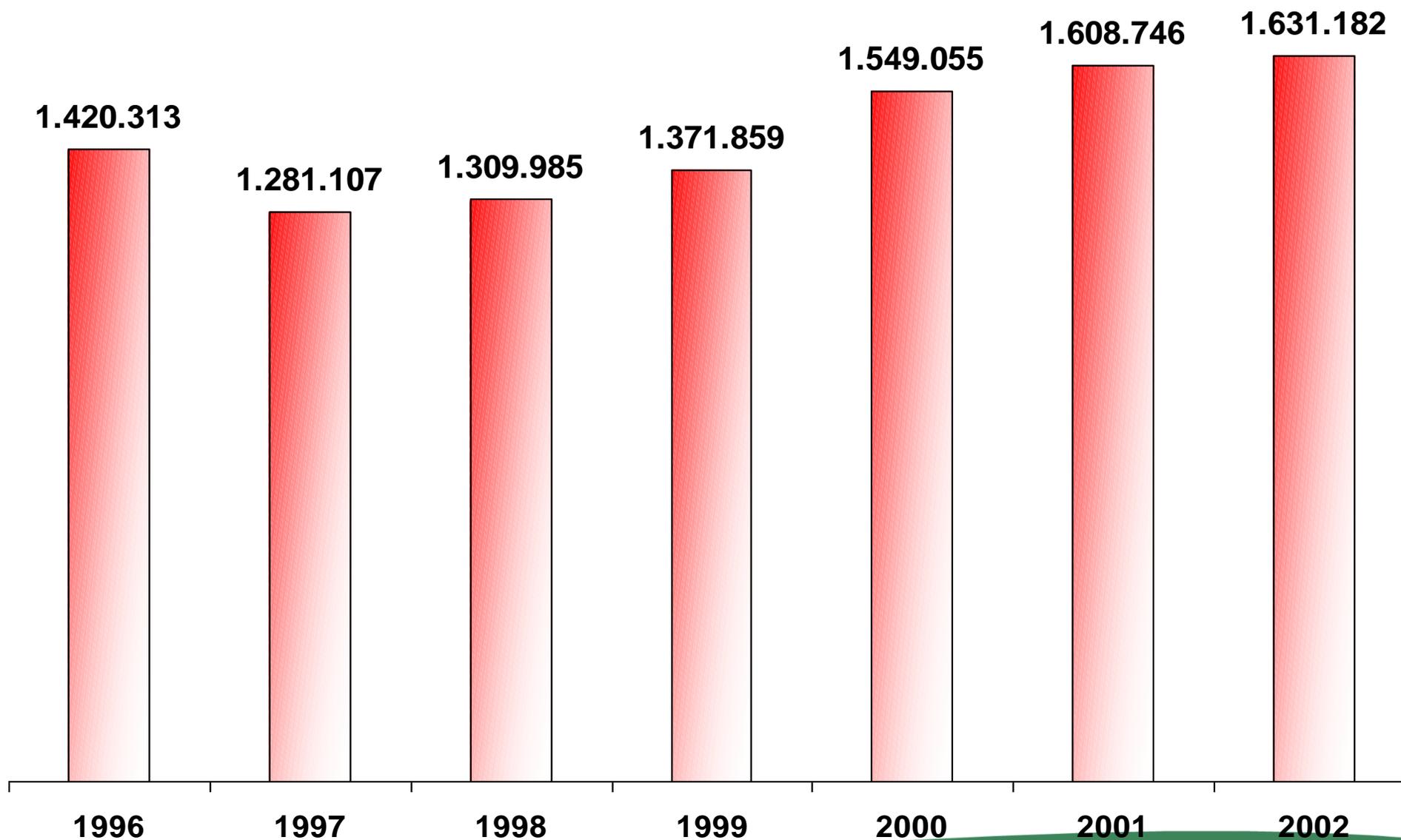
Fundo: 4.68 B;  
Municípios: 95%;  
Habilitados: 82,5%.

# Evolução da Execução do Orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social - (R\$ milhões)



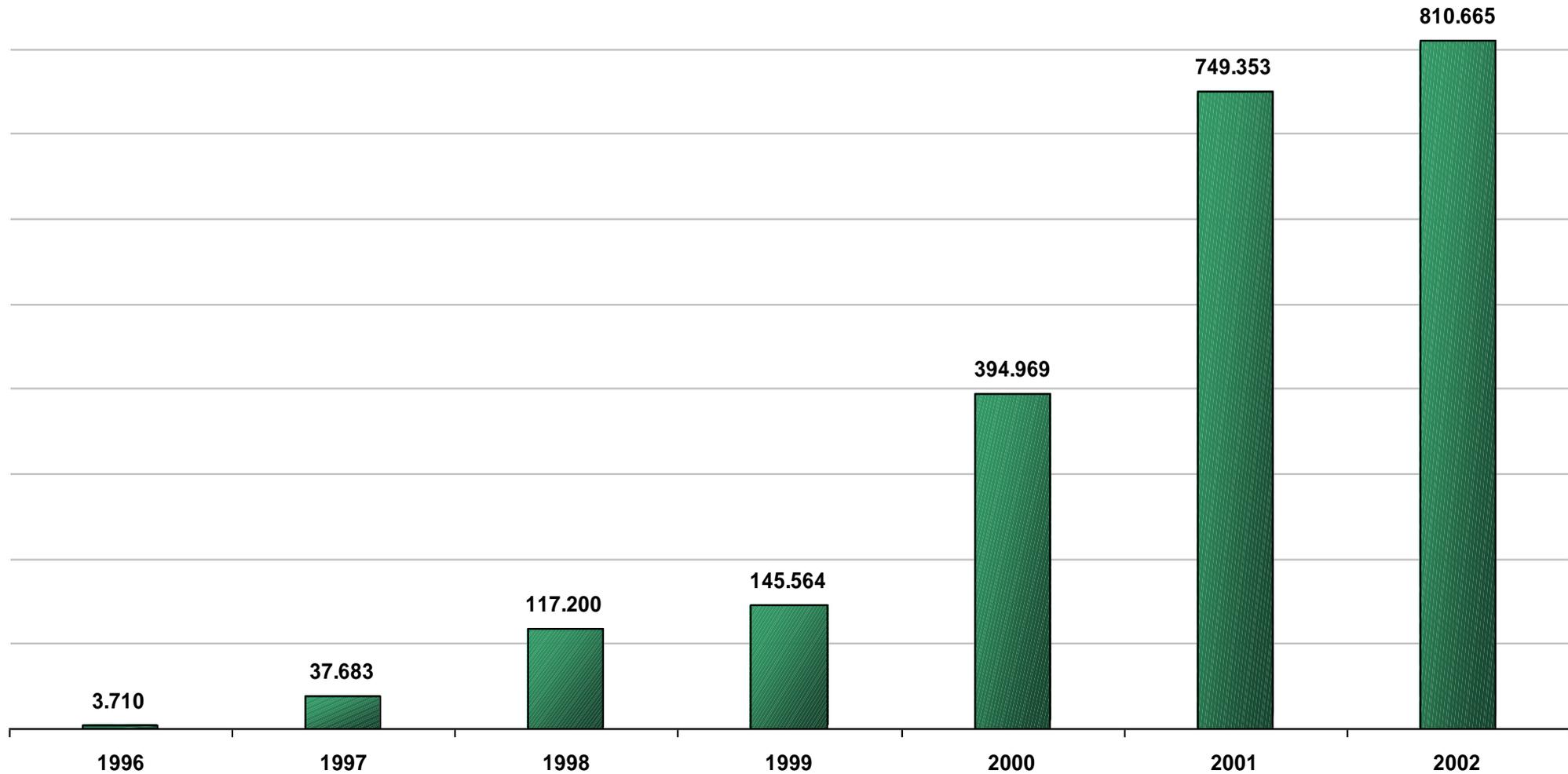
# Programa de Atendimento às Crianças de 0 a 6 anos

## Evolução de Atendimento



# 5. Consolidando e desenhando programas

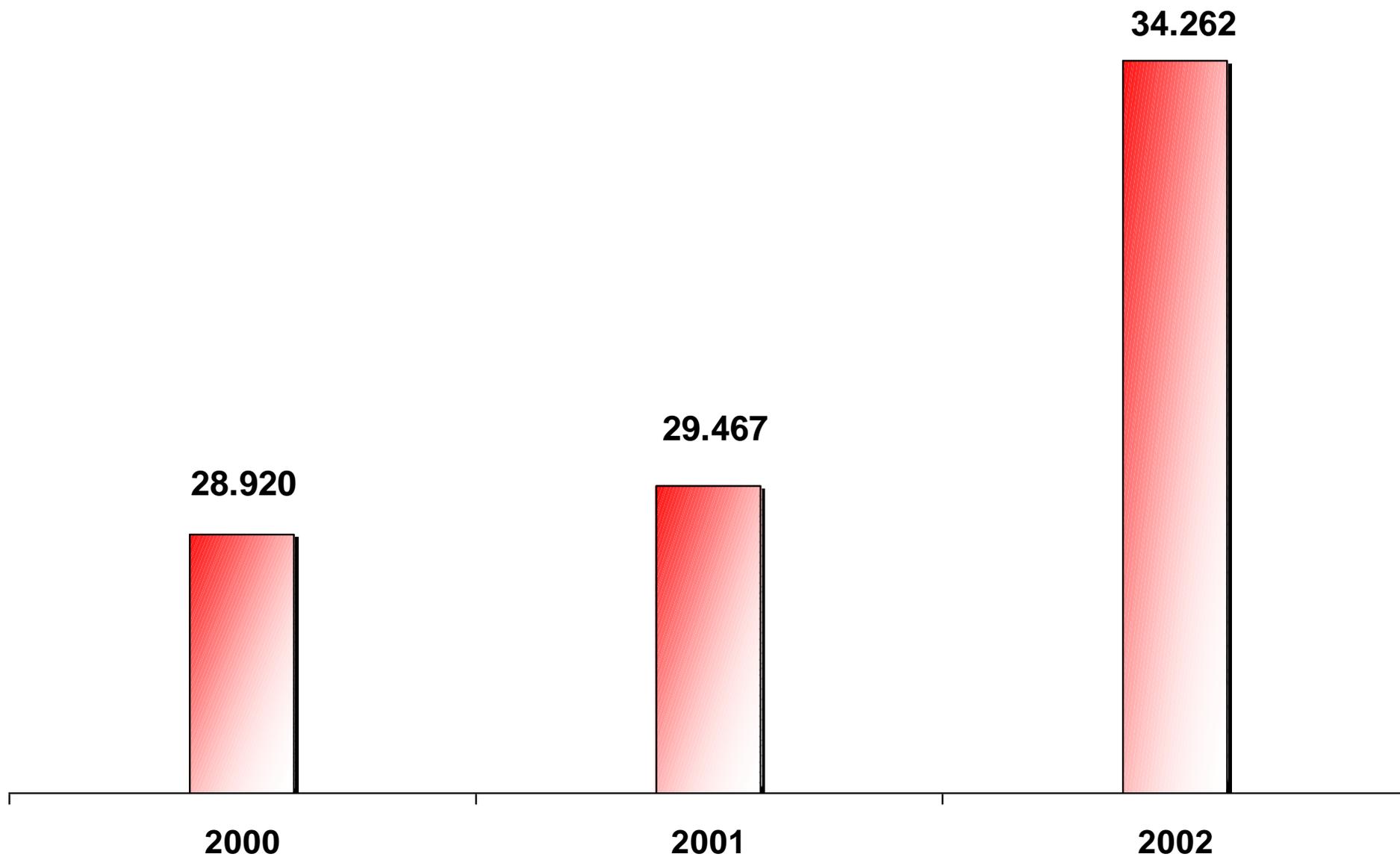
**Evolução de Atendimento - PETI 1996 - 2002 (posição até 30/09/02)**



Número de Pessoas Atendidas

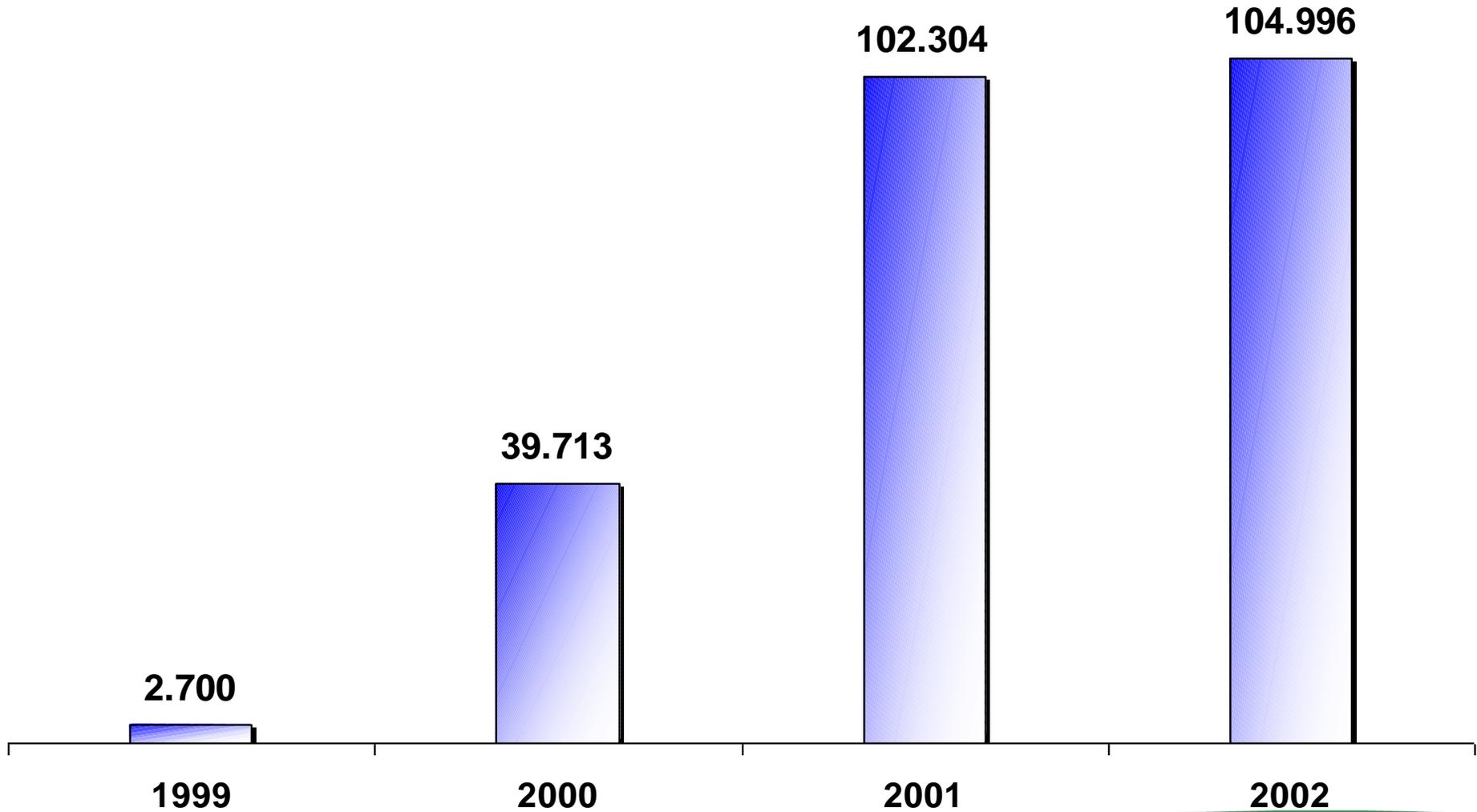
# Combate ao Abuso e Exploração Sexual

## Evolução de Atendimento



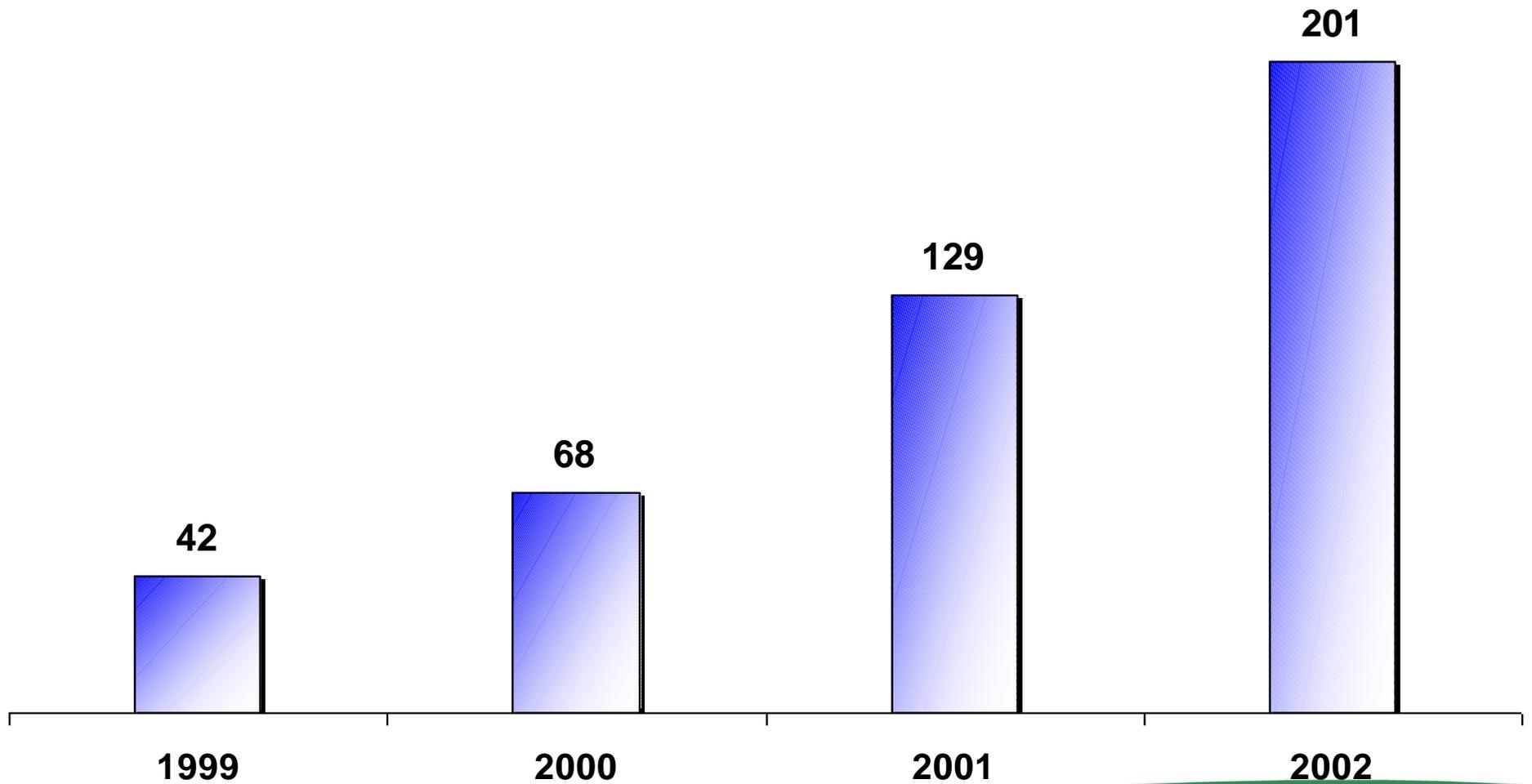
# Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

## Evolução de Atendimento



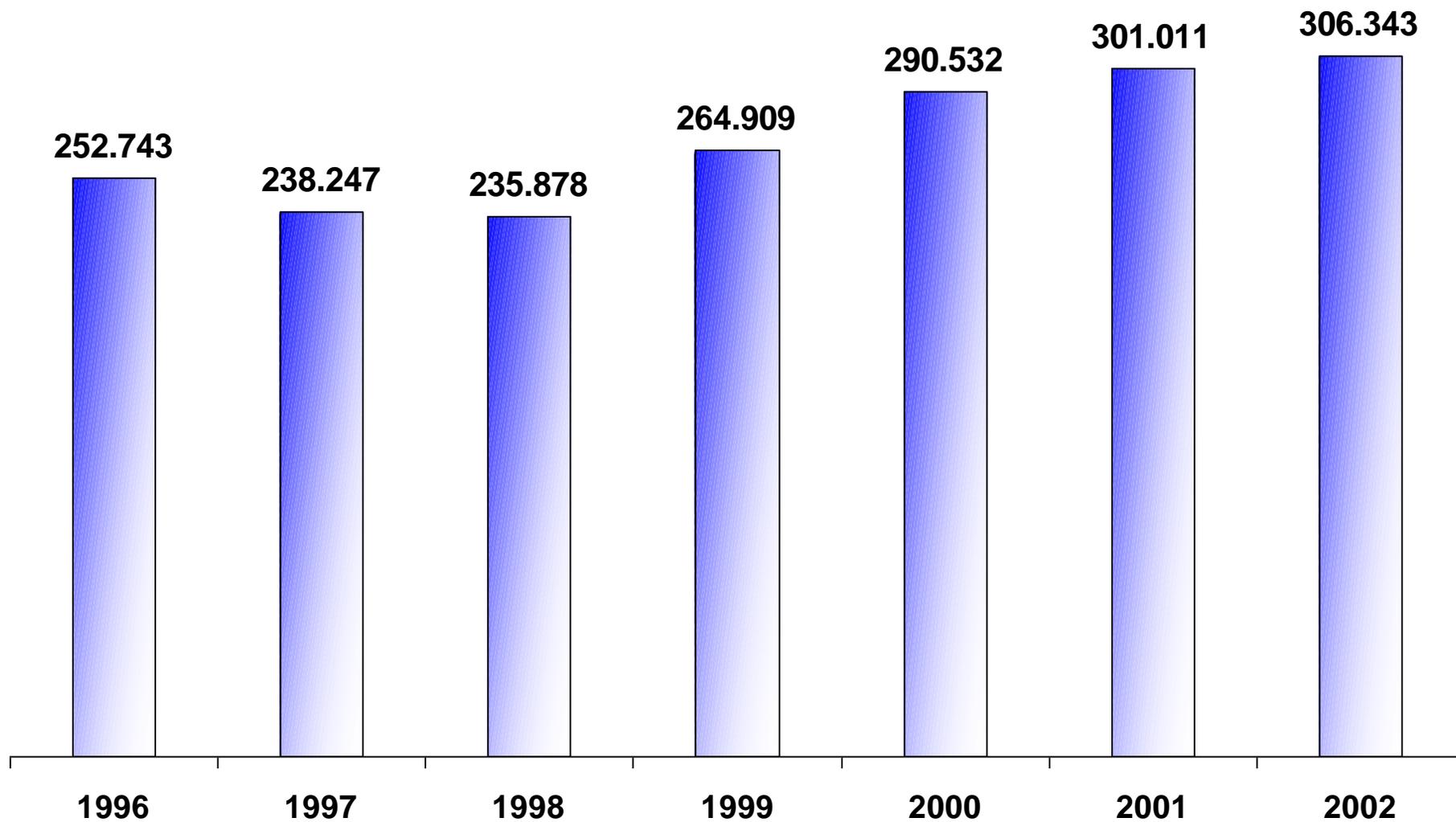
# Centro da Juventude

**Projeto Centro da Juventude**  
**Número de Centros da Juventude - 1999 - 2002**

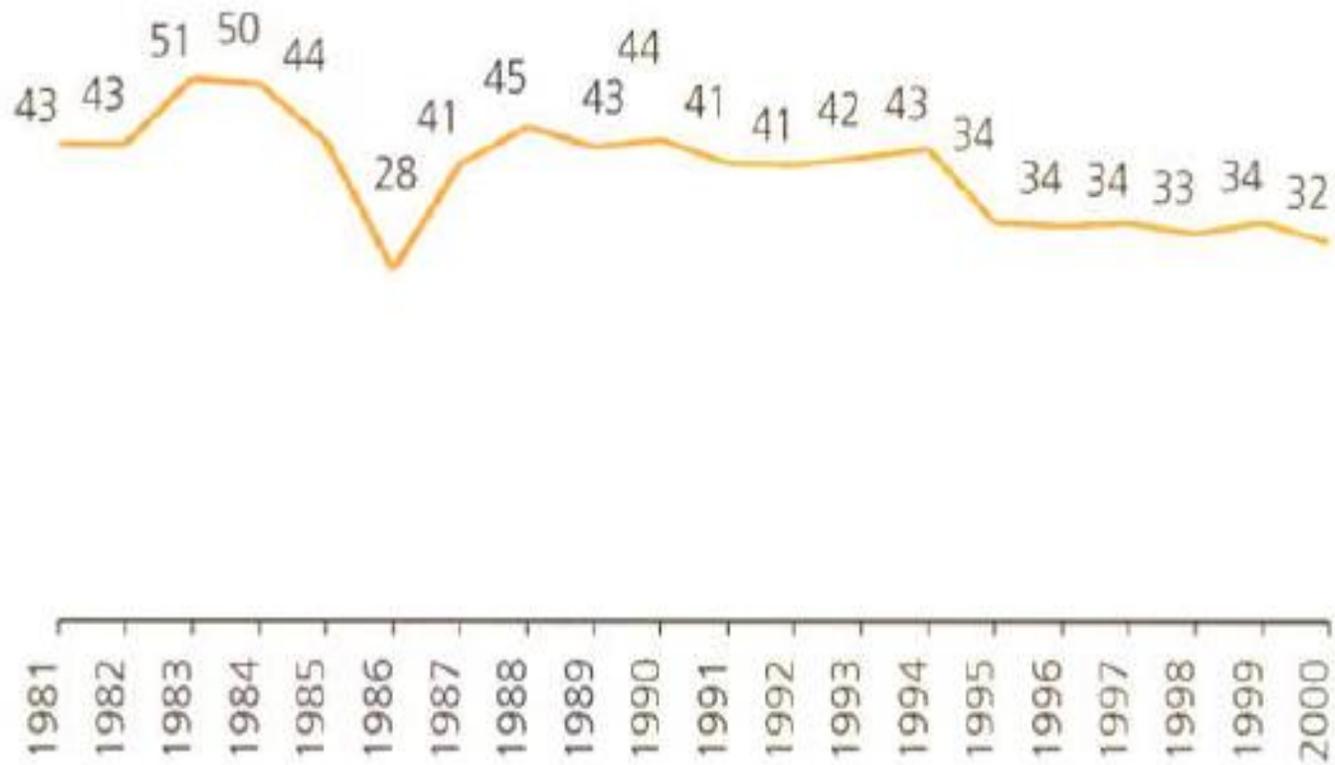


# Atenção à Pessoa Idosa

## Evolução de Atendimento

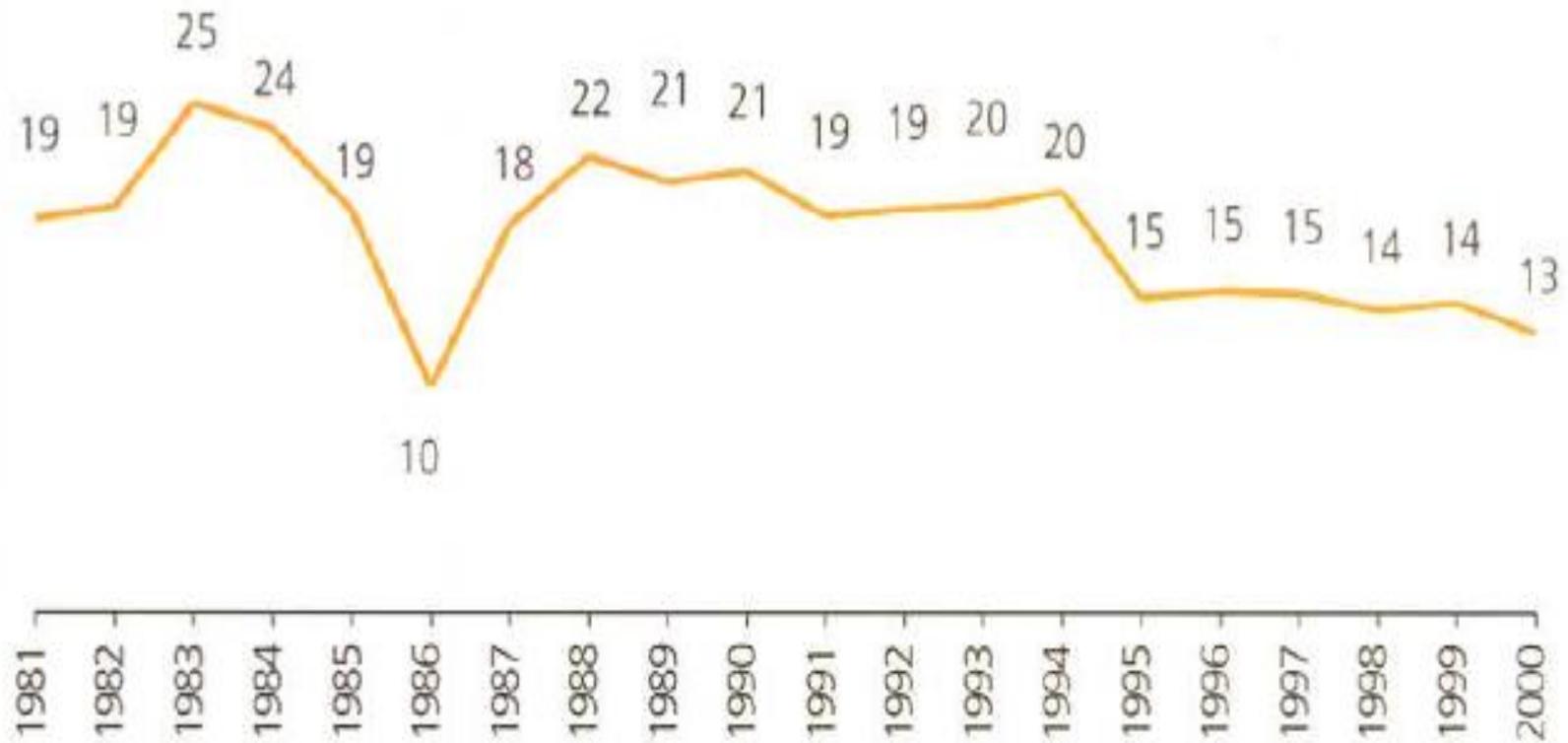


## Proporção de pobres no Brasil



Fonte: IPEA, com base na PNAD/IIBGE

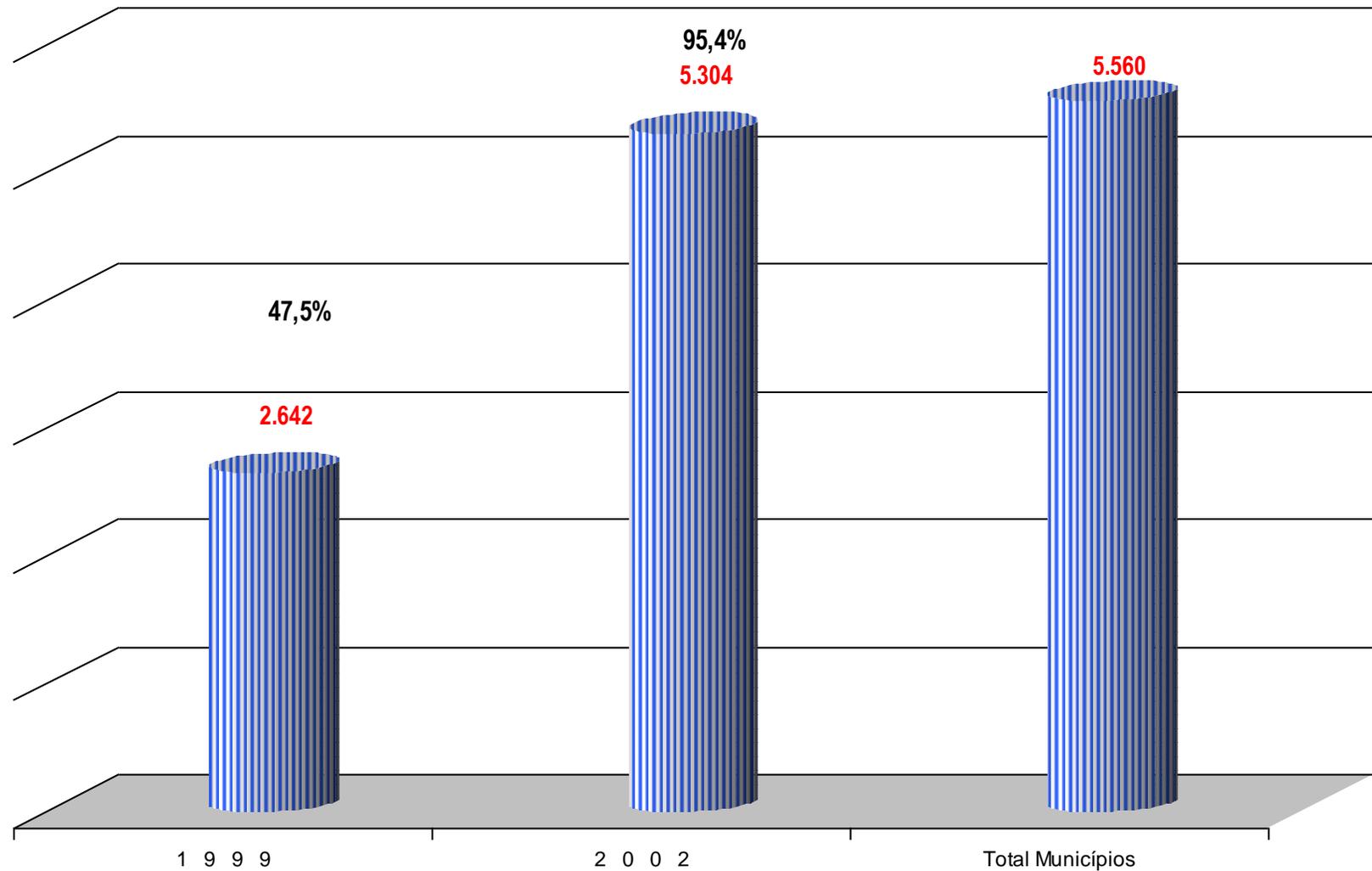
## Proporção de Indigentes no Brasil



Fonte: IPEA, com base na PNAD/IBGE

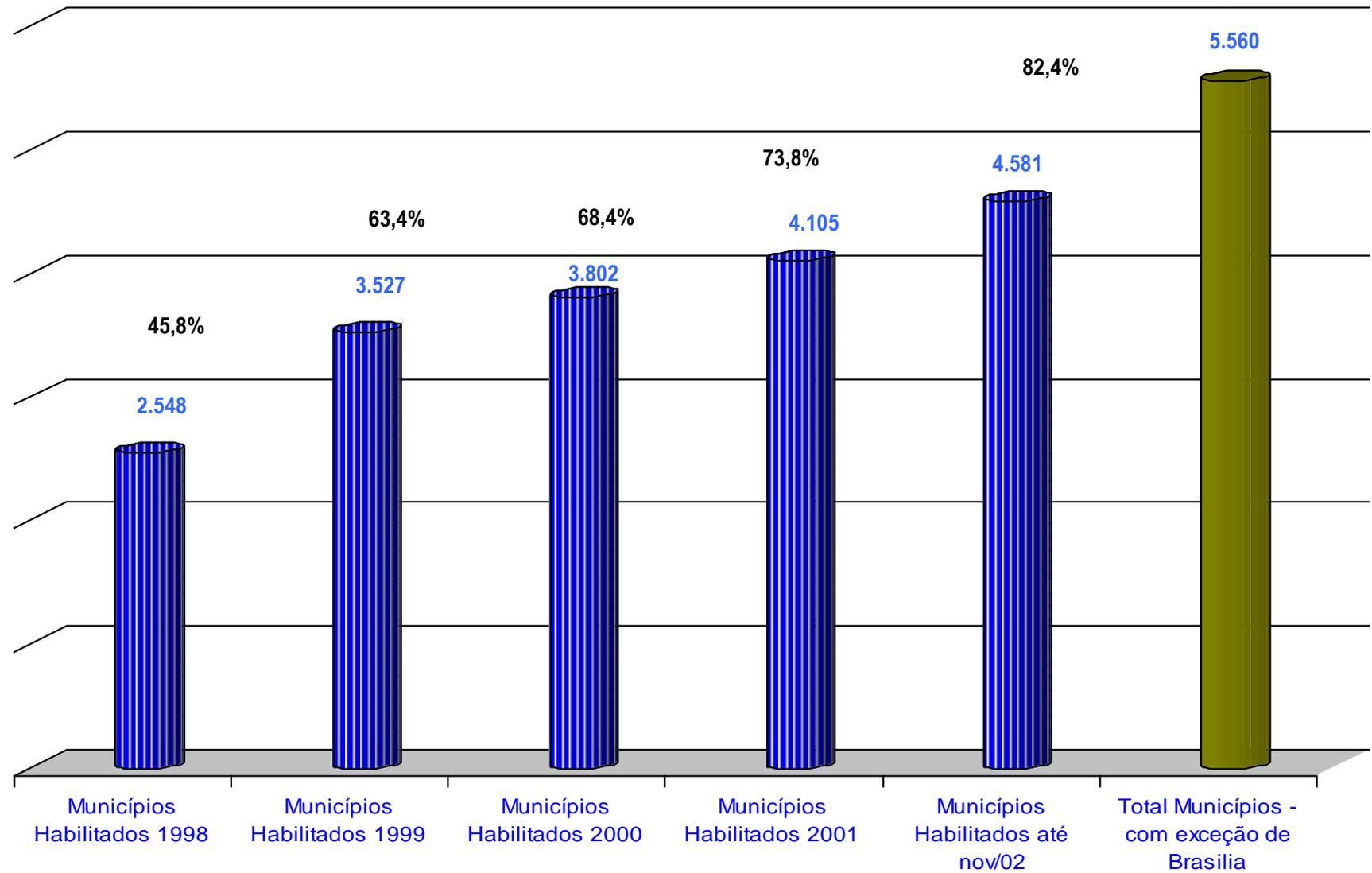
# Consolidando a descentralização político-administrativa da Assistência Social

## MUNICÍPIOS QUE RECEBEM RECURSOS DO FNAS



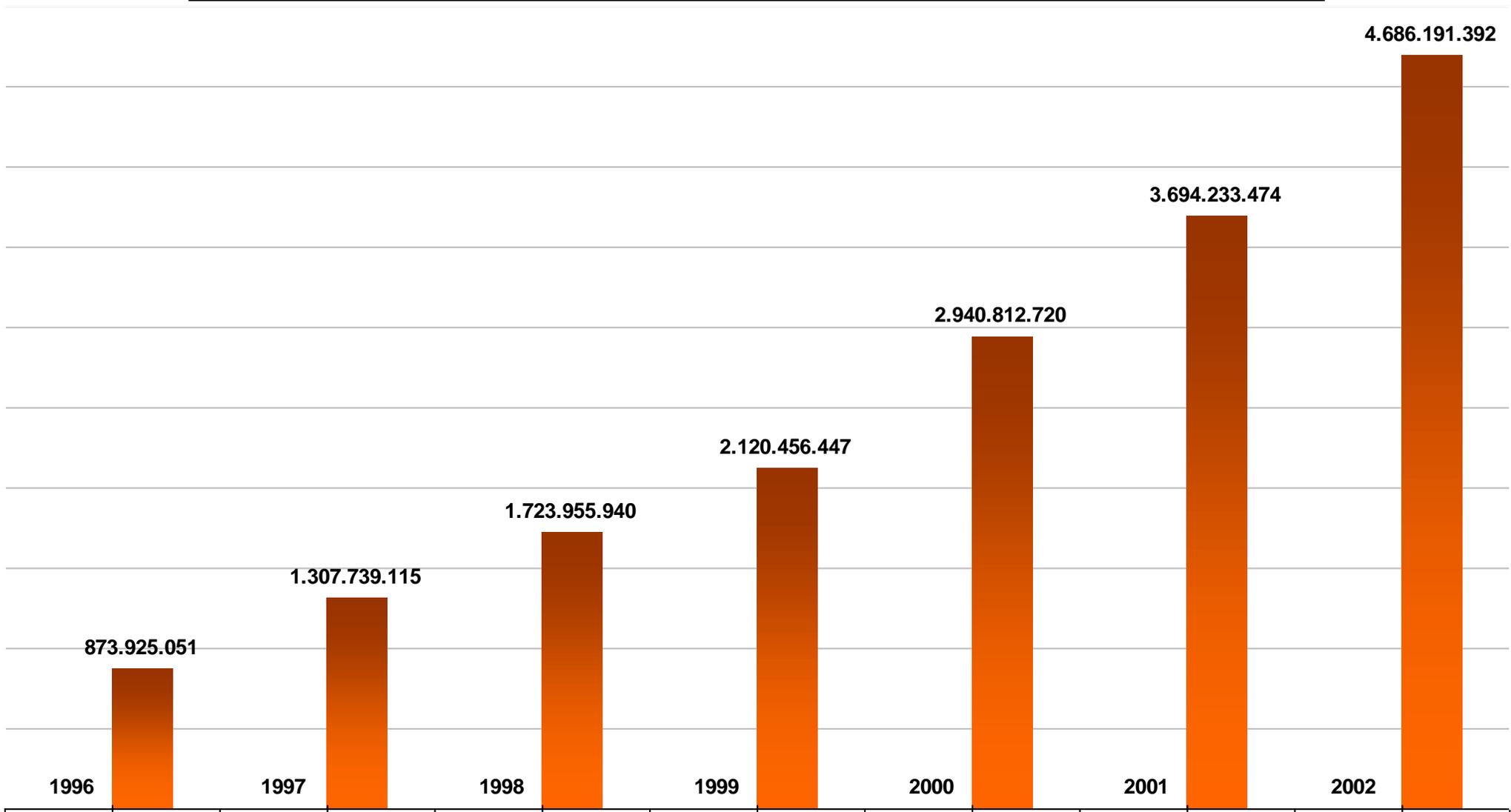
# Consolidando a descentralização político-administrativa da Assistência Social

## SÍNTESE DA SITUAÇÃO DE HABILITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AO MODELO DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - 1998 até novembro/2002



# Avanços no Financiamento

## EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO FNAS - 1996-2002



Fonte: DGFNAS / SPAS / SEAS / MPAS